

TJ-SP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO

500 questões gabaritadas
Praticando



CÓD: SL-036JL-23
7908433238195

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Direito Penal	43
3. Direito Processual Penal	59
4. Direito Processual Civil	81
5. Direito Constitucional	97
6. Direito Administrativo	109
7. Direito Civil	121
8. Legislação Especial	133
9. Matemática	143
10. Informática	153

3. VUNESP - ATCE (TCM SP)/TCM SP/SUPOORTE ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Dialética erística é a arte de discutir, mais precisamente a arte de discutir de modo a vencer, e isso *per fas et per nefas* (por meios lícitos ou ilícitos). De fato, é possível ter razão objetivamente no que diz respeito à coisa mesma, e não tê-la aos olhos dos presentes e inclusive aos próprios olhos.

Assim ocorre, por exemplo, quando o adversário refuta minha prova e isso é tomado como uma refutação da tese mesma, em cujo favor se poderiam aduzir outras provas. **Neste caso**, naturalmente, a situação do adversário é inversa àquela que mencionamos: ele parece ter razão, **ainda que** objetivamente não a tenha. **Por conseguinte**, são duas coisas distintas a verdade objetiva de uma proposição e sua validade na aprovação dos contendores e ouvintes. A esta última é que a dialética se refere.

Donde provém isso? Da perversidade natural do gênero humano. Se esta não existisse, se no nosso fundo fôssemos honestos, em todo debate tentaríamos fazer a verdade aparecer, sem nos preocupar com que ela estivesse conforme à opinião que sustentávamos no começo ou com a do outro; isso seria indiferente ou, em todo caso, de importância muito secundária. No entanto, é isso o que se torna o principal.

Nossa vaidade congênita, especialmente suscetível em tudo o que diz respeito à capacidade intelectual, não quer aceitar que aquilo que num primeiro momento sustentávamos como verdadeiro se mostre falso, e verdadeiro aquilo que o adversário sustentava. Portanto, cada um deveria preocupar-se unicamente em formular juízos verdadeiros. Para isso, deveria pensar primeiro e falar depois. Mas, na maioria das pessoas, à vaidade inata associa-se a verbosidade e uma inata deslealdade. Falam antes de ter pensado e, quando, depois, se dão conta de que sua afirmativa era falsa e não tinham razão, pretendem que pareça como se fosse ao contrário. O interesse pela verdade, que na maior parte dos casos deveria ser o único motivo para sustentar o que foi afirmado como verdade, cede por completo o passo ao interesse da vaidade.

O verdadeiro tem de parecer falso e o falso, verdadeiro.

(Arthur Schopenhauer. *Como vencer um debate sem precisar ter razão*)

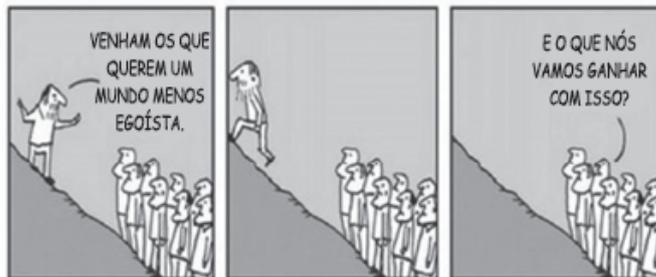
Assinale a alternativa que substitui o enunciado – **Donde provém isso?** – atendendo a norma-padrão de regência e conjugação do verbo, independentemente da preservação do sentido original.

(A) Onde vou ficar, quando eu vir trabalhar aqui?

- (B) Aonde conveio estacionar durante a tempestade?
 (C) Onde vamos pôr as caixas que conterem equipamento?
 (D) Aonde se detiveram aquelas pessoas?
 (E) Aonde irei, se virem que estou escondido aqui?

4. VUNESP - AG ADM (CAMPREV)/CAMPREV/2023
Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Leia a tira, para responder à questão.



Assinale a alternativa que traz enunciado baseado em fala da tira, redigido de acordo com a norma-padrão de conjugação verbal.

- (A) Os que virem comigo são os que realmente querem um mundo menos egoísta.
 (B) Sei que os que se proporem seguir-me querem um mundo menos egoísta.
 (C) Talvez alguns de vocês vem comigo porque querem um mundo menos egoísta.
 (D) Se vocês verem nisso uma boa causa, então lutem por um mundo menos egoísta.
 (E) Venham comigo os que se dispuserem a lutar por um mundo menos egoísta.

5. VUNESP - ARQUEO (SOROCABA)/PREF SOROCABA/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Pronomes relativos

Leia a crônica de Moacyr Scliar para responder a questão.

Quando eu tinha a tua idade

Ai, Senhor, não nos deixe cair na tentação de dizer ao nosso filho ou à nossa filha qualquer coisa que comece com “Quando eu tinha a tua idade...”

Difícilmente haverá, nas sempre difíceis relações entre pais e filhos, frase mais perigosa. Para começar, ela alarga o *gap* entre as gerações, este fosso que separa adultos de crianças ou adolescentes, e cuja largura, nesta era de rápidas transformações, se mede em anos-luz. No entanto,

7. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Penal - Homicídio (art. 121 do CP)

Júpiter está arrumando a ligação elétrica de sua casa, com ajuda de Jano, seu amigo, que lhe segura a escada. Deixando de observar um dever objetivo de cuidado, Júpiter faz uma ligação equivocada e recebe uma alta descarga de energia, sofrendo inutilização permanente de membro. No mesmo incidente, Jano sofre uma lesão corporal leve. Em outro cenário, Saturno, pai dedicado e amoroso, está dando banho em seu filho, Nemestrino. Imprudentemente, Saturno deixa Nemestrino cair no chão, o que causa a morte imediata do bebê. No que concerne à lesão corporal sofrida por Jano e ao homicídio praticado por Saturno, o perdão judicial, ao menos em tese:

- (A) aplica-se ao primeiro caso e depende de concordância da mãe de Nemestrino para aplicação ao segundo.
- (B) aplica-se ao segundo caso, mas não ao primeiro.
- (C) não se aplica a nenhum dos casos.
- (D) aplica-se a ambos os casos.
- (E) aplica-se ao primeiro caso, mas não ao segundo.

8. VUNESP - GCM (SERTÃOZINHO)/PREF SERTÃOZINHO/2022

Assunto: Direito Penal - Homicídio (art. 121 do CP)

No que concerne ao crime de homicídio no Código Penal, é correto afirmar que

- (A) se considera uma causa de aumento de pena se o crime for cometido por motivo fútil.
- (B) quando cometido contra um Guarda Municipal no exercício da função, será considerado um homicídio qualificado.
- (C) é considerado um crime qualificado quando praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança.
- (D) mesmo na hipótese de o crime ser considerado culposo, será apenado com reclusão em razão de se tratar de crime contra a vida.
- (E) o infanticídio é uma modalidade qualificada do crime de homicídio.

9. VUNESP - AG POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Homicídio (art. 121 do CP)

O homicídio doloso é qualificado se o agente

- (A) foge para evitar prisão em flagrante.
- (B) deixa de observar regra técnica de profissão, arte ou ofício.

- (C) não procura diminuir as consequências do seu ato.
- (D) deixa de prestar imediato socorro à vítima.
- (E) o comete para assegurar a ocultação de outro crime.

10. VUNESP - ESC POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Homicídio (art. 121 do CP)

A respeito dos crimes de homicídio, infanticídio e aborto, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de aborto admite a modalidade culposa.
- (B) A conduta de matar o próprio filho caracteriza o crime de infanticídio.
- (C) O emprego de veneno, fogo, tortura ou qualquer outro meio cruel ou que possa resultar perigo comum qualifica o crime de homicídio.
- (D) A condição da vítima ser menor de 14 (catorze) anos ou maior de 60 (sessenta) qualifica o crime de homicídio.
- (E) No homicídio culposo, a pena é aumentada da metade se o agente foge para evitar a prisão em flagrante ou deixa de prestar imediato socorro à vítima.

11. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Homicídio (art. 121 do CP)

Mévio, almejando ser o único herdeiro do patrimônio dos pais, falecidos em um acidente de carro, decide matar a irmã, criança de 11 anos de idade. À noite, entra no quarto da irmã e coloca uma aranha venenosa na cama, embaixo das cobertas. No dia seguinte, Mévio, ao ingressar no quarto da irmã, encontra sem vida, na cama da criança, a empregada. Sem que Mévio soubesse, a criança, justamente naquela noite, em razão da luz de seu quarto ter queimado, dormiu no quarto da empregada e nada sofreu. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Mévio será punido pelo crime de homicídio culposo, praticado em detrimento da empregada.
- (B) Mévio será punido pelo crime de homicídio doloso, praticado em detrimento da empregada, vez que, por erro, atingiu pessoa diversa da que intencionava matar.
- (C) Mévio será punido por dois crimes, homicídio culposo, praticado em detrimento da empregada e tentativa de homicídio, em detrimento da irmã, em concurso formal.
- (D) Mévio será punido pelo crime de homicídio doloso, praticado em detrimento da empregada, incidindo,

ma inferior a 04 (quatro) anos, incluindo os crimes de menor potencial ofensivo.

(B) Eventual descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público para o não oferecimento de suspensão condicional do processo.

(C) O Juiz não participa da celebração dos termos do acordo de não persecução penal, mas, por ocasião da homologação, poderá considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições e devolver os autos ao Ministério Público para reformulação.

(D) A execução do acordo de não persecução penal dar-se-á perante o próprio Juízo que o homologou.

(E) Da recusa do Ministério Público à proposta de acordo de não persecução penal caberá recurso em sentido estrito.

5. VUNESP - PER PAP (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Dispõe a CR/88: “será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.” Tal disposição constitucional

(A) autoriza a vítima a propor ação penal quando o inquérito policial extrapolar o prazo legal de 30 dias.

(B) autoriza que seja intentada ação penal privada quando o Ministério Público representar pelo arquivamento do inquérito policial.

(C) é aplicada, apenas, às ações penais públicas condicionadas à requisição do Ministro da Justiça.

(D) é aplicada, apenas, às ações penais públicas condicionadas à representação do ofendido.

(E) legitima a vítima a propor ação penal privada em casos que originalmente caberia ao Ministério Público fazê-lo.

6. VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/DIREITO/2021

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Assinale a alternativas que preenche, correta e respectivamente, as lacunas, nos termos do art. 28-A do CPP:

“Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal _____, o Ministério Público poderá propor _____, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.”

(A) sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ... acordo de não persecução penal

(B) com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ... acordo de não persecução penal

(C) com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ... acordo de colaboração premiada

(D) sem violência ou grave ameaça ... acordo de colaboração premiada

(E) sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos ... acordo de colaboração premiada

7. VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/DIREITO/2021

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

No que concerne à ação penal, assinale a alternativa correta, nos termos do art. 25 do CPP.

(A) Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública.

(B) A ação penal privada é personalíssima, ou seja, o ofendido não poderá ser representado ao intentá-la.

(C) A representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.

(D) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, tanto nas hipóteses de ação pública como de ação privada.

(E) O ofendido decairá no direito de queixa ou de representação se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que se encerrar o inquérito policial.

8. VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2019

Assunto: Direito Processual Penal - Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Oferecendo o ofendido ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público, nos exatos termos do art. 29 do CPP,

(A) pode intervir em todos os termos do processo, contudo, sem capacidade recursal.

(B) perde a possibilidade de representar pelo arquivamento do inquérito e não pode repudiar a queixa.

(C) perde interesse processual e deixa de intervir nos autos.

(D) deixa de ser parte e passa a atuar como custos legis e não pode, por exemplo, fornecer elementos de prova.

- (C) instrumentalidade e da inafastabilidade da jurisdição.
 (D) lealdade processual e da instrumentabilidade.
 (E) aderência ao território e do duplo grau de jurisdição.

5. VUNESP - JL (TJ RJ)/TJ RJ/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da ação (arts. 17 a 20)

Na relação jurídica, são pressupostos processuais

- (A) de existência, a petição inicial apta, a imparcialidade do juiz, a capacidade postulatória e a legitimação para o processo.
 (B) de validade do processo, a demanda, jurisdição e citação.
 (C) negativos, tais como a perempção, a litispendência, a coisa julgada e a convenção de arbitragem.
 (D) a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse de agir.
 (E) a legitimidade e o interesse de agir, apenas.

6. VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/DIREITO/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional (arts. 21 a 41)

A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará

- (A) a publicidade processual, inclusive nas hipóteses de sigilo previstas na legislação do Estado requerente.
 (B) a existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação, desde que fundamentados com parecer da Advocacia Geral da União.
 (C) a transmissão de informações a autoridades estrangeiras, desde que mediante requerimento.
 (D) a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, assegurando-se assistência judiciária aos necessitados.
 (E) o respeito às garantias do devido processo legal nos Estados requerente e requerido, desde que previsto em Tratado Internacional.

7. VUNESP - ANA (FERNANDÓPOLIS)/CM FERNANDÓPOLIS/JURÍDICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

Acerca dos meios de declaração de incompetência, assinale a alternativa correta.

- (A) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.
 (B) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não arguir a incompetência em incidente processual proposto em autos apartados.
 (C) A incompetência relativa, assim como a absoluta, pode ser declarada de ofício.
 (D) A incompetência absoluta deverá ser oposta por meio de exceção de incompetência.
 (E) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar a incompetência absoluta e relativa, sob pena de prorrogação da competência do juiz que tomou conhecimento da inicial.

8. VUNESP - PJ (DAE BAURU)/DAE BAURU/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

No caso em que a parte ré deixe de alegar, em preliminar de contestação, a incompetência relativa do foro, trata-se de prorrogação de competência

- (A) voluntária expressa.
 (B) voluntária tácita.
 (C) judicial.
 (D) legal.

9. VUNESP - ADV P (PRUDENCO)/PRUDENCO/2022

Assunto: Direito Processual Civil - Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

No que diz respeito à competência, assinale a alternativa correta.

- (A) Determina-se a competência no momento da distribuição da petição inicial, sendo que as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, em regra, alteram a competência.
 (B) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão, que ocorre quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
 (C) Quando for comum o pedido ou a causa de pedir de duas ou mais ações, a competência absoluta poderá ser modificada nos termos da lei.

(E) o pluralismo político e a autodeterminação dos povos.

6. VUNESP - AUX NEC (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, a concessão de asilo político é

- (A) direito subjetivo de todos os estrangeiros, assegurada expressamente na Constituição Federal.
- (B) um dos cinco fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (C) um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, junto com a erradicação da pobreza.
- (D) um dos dez princípios com os quais a República Federativa do Brasil se rege nas relações internacionais.
- (E) direito fundamental expresso na Constituição e também um dos oito princípios por meio dos quais a República do Brasil se rege nas relações internacionais.

7. VUNESP - AUX NEC (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, (I) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, (II) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e (III) a prevalência dos direitos humanos são, respectivamente,

- (A) fundamento, objetivo e fundamento da República Federativa Brasileira.
- (B) objetivo fundamental, fundamento e princípio que rege a República Federativa do Brasil nas relações internacionais.
- (C) fundamento, princípio que rege as relações internacionais e fundamento da República Federativa do Brasil.
- (D) objetivo, objetivo e objetivo da República Federativa do Brasil.
- (E) objetivo fundamental, objetivo fundamental e fundamento da República Federativa do Brasil.

8. VUNESP - AUX PER (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, o pluralismo político é

- (A) um objetivo fundamental a ser perseguido pela República Federativa do Brasil.
- (B) um princípio que rege a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.
- (C) um direito fundamental expresso na Constituição Federal.
- (D) uma garantia fundamental expressa na Constituição Federal.
- (E) um fundamento da República Federativa do Brasil.

9. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um dos seus fundamentos:

- (A) a independência nacional.
- (B) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (C) a defesa da paz.
- (D) a interdependência entre os Poderes.
- (E) reduzir as desigualdades sociais e regionais.

10. VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022

Assunto: Direito Constitucional - Características (Direitos Fundamentais)

Assinale a alternativa que diz respeito à modalidade de eficácia de princípio que propõe se possa exigir do Judiciário a invalidade da revogação de normas que, regulamentando o princípio, concedam ou ampliem direitos fundamentais, sem que a revogação em questão seja acompanhada de uma política substitutiva ou equivalente.

- (A) Simétrica.
- (B) Diferida.
- (C) Interpretativa.
- (D) Preceptiva.
- (E) Vedativa do retrocesso.

ternativa que contempla apenas hipóteses de provimento de cargos públicos.

- (A) Readmissão, reintegração e movimentação.
- (B) Nomeação, reversão e readmissão.
- (C) Transferência, acesso e exoneração.
- (D) Movimentação, aproveitamento e acesso.
- (E) Exoneração, reversão e nomeação.

5. VUNESP - PAA (UNICAMP)/UNICAMP/ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS/2019

Assunto: Direito Administrativo - Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

Nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, o reingresso no serviço público de funcionário em disponibilidade denomina-se

- (A) reintegração.
- (B) reversão.
- (C) aproveitamento.
- (D) readmissão.
- (E) readaptação.

6. VUNESP - PAA (UNICAMP)/UNICAMP/ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS/2019

Assunto: Direito Administrativo - Da Promoção (arts. 87 a 107 da Lei nº 10.261/1968)

Conforme o Estatuto dos Servidores da Universidade Estadual de Campinas, a licença que dependa de inspeção médica será concedida pelo prazo

- (A) máximo de 30 (trinta) dias.
- (B) de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período.
- (C) máximo de 60 (sessenta) dias.
- (D) improrrogável de 90 (noventa) dias.
- (E) indicado no respectivo laudo.

7. VUNESP - PSIJ (TJ SP)/TJ SP/2022

Assunto: Direito Administrativo - Do Direito de Petição (arts. 239 e 240 da Lei nº 10.261/1968)

Aline, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga Judiciária, do Tribunal de Justiça de São Paulo, pelos termos da Lei Estadual no 10.261/68, tem assegurado o direito de

- (A) requerer ou representar, bem como pedir reconsideração e recorrer de decisões, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo previsão legal específica.
- (B) pedir reconsideração da decisão proveniente do seu chefe imediato, que indeferiu a sua representação escrita, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

(C) requerer à autoridade superior, informações legais referentes ao cargo que ocupa, no prazo máximo de 03 (três) dias.

(D) recorrer das decisões emanadas pela autoridade imediatamente superior, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo previsão legal em contrário.

(E) pedir reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como recorrer de decisões, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo previsão legal específica.

8. VUNESP - ENFJ (TJ SP)/TJ SP/2019

Assunto: Direito Administrativo - Do Direito de Petição (arts. 239 e 240 da Lei nº 10.261/1968)

Conforme disciplinado na Lei no 10.261/68, assinale a alternativa correta.

(A) É vedado a qualquer pessoa reclamar sobre erro, omissão ou conduta incompatível no serviço público.

(B) A Administração poderá recusar-se a protocolar, encaminhar ou apreciar a petição quando julgá-la ilegal.

(C) Ao servidor público é assegurado o direito de pedir reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias, e recorrer de decisões, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias improrrogáveis.

(D) É assegurado a qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos.

(E) É assegurado à pessoa jurídica interessada para defesa de seus direitos, após o pagamento das devidas taxas, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder.

9. VUNESP - CONTJ (TJ SP)/TJ SP/2019

Assunto: Direito Administrativo - Dos Deveres e das Proibições (arts. 241 a 244 da Lei nº 10.261/1968)

Nos termos da Lei nº 10.261/68, constitui um dos deveres do funcionário, dentre vários outros,

(A) residir no local onde exerce o cargo ou onde for autorizado.

(B) abandonar o local de trabalho quando sofrer ofensas físicas ou morais.

(C) participar de todas as reuniões convocadas pelo sindicato de classe.

(D) omitir-se diante das irregularidades cometidas pelo seu chefe imediato.

(E) retirar, ainda que com a anuência do seu superior imediato, qualquer objeto existente na repartição.

5. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

O Código Civil, em seu art. 6o, preceitua que “a existência de pessoa natural termina com a morte”. Qual o nome do instituto jurídico presente no art. 8º do Código Civil, que admite a morte de dois ou mais indivíduos em um mesmo momento, quando não se pode provar quem faleceu primeiro?

- (A) Primoriência.
- (B) Premoriência.
- (C) Morte súbita.
- (D) Docimásia da agonia.
- (E) Comoriência.

6. VUNESP - PROC (CAMPREV)/CAMPREV/2023

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos da personalidade.

- (A) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo e indisponível, assentado no princípio da dignidade da pessoa humana, devendo, no entanto, a pretensão ser exercida em até 10 (dez) anos a partir da maioridade do filho.
- (B) É possível a modificação do nome civil em decorrência do direito à dupla cidadania, de forma a unificar os registros à luz dos princípios da verdade real e da simetria.
- (C) A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação não inclui o direito ao esquecimento, tendo em vista a liberdade de imprensa e manifestação, garantidos constitucionalmente.
- (D) Em caso de uso indevido do nome da pessoa com intuito comercial, o dano moral depende da prova da efetiva ofensa à honra objetiva da pessoa cujo nome foi utilizado de forma indevida.
- (E) Exige-se a prova inequívoca da má-fé da publicação (*actual malice*), para ensejar a indenização pela ofensa ao nome ou à imagem de alguém.

7. VUNESP - ADV (DOCAS PB)/DOCAS PB/2022

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos da personalidade.

- (A) É defeso, para fins de transplante, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- (B) É válida, com objetivo científico, econômico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, podendo o ato de disposição ser livremente revogado a qualquer tempo.
- (C) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo, entretanto, o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (D) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo se provada a inexistência de intenção difamatória.
- (E) O cônjuge sobrevivente poderá exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade do morto, bem como reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

8. VUNESP - NER (TJ GO)/TJ GO/REMOÇÃO/2021

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Contrariando o acordo que havia feito com a mulher, mãe da criança, o genitor escolheu um nome duplo, magoando profundamente sua mulher. Diante desse fato, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A criança somente poderá alterar o nome no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil.
- (B) A modificação do nome é qualificada como excepcional e as hipóteses em que se admite a alteração são restritivas, de modo que não haverá alteração.
- (C) Exercício abusivo do poder de família pelo pai. Há possibilidade de exclusão do prenome indevidamente acrescido.
- (D) Trata-se de ato ilícito, na medida em que o pai feriu os deveres de lealdade e boa-fé, porém o prenome é imutável.

(C) Até o trânsito em julgado da ação de execução, a Certidão de Dívida Ativa (CDA) poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

(D) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, excetuados os da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

(E) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção relativa de certeza e liquidez.

4. VUNESP - PROC MU (PGM SANTOS)/PREF SANTOS/2021

Assunto: Direito Tributário - Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal

Em relação à execução fiscal, é **correto** afirmar:

(A) A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 360 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

(B) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez, não podendo ser ilidida por terceiros interessados.

(C) O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para: arresto se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia, dispensada em tal circunstância a avaliação dos bens.

(D) O termo ou auto de penhora conterà, também, a avaliação dos bens penhorados, efetuada por quem o lavrar e, se não houver, na Comarca, avaliador oficial ou este não puder apresentar o laudo de avaliação no prazo de 30 (trinta) dias, será nomeada pessoa ou entidade habilitada a critério do Juiz.

(E) Na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no Juízo deprecado, que os remeterá ao Juízo deprecante, para instrução e julgamento, e, quando os embargos tiverem por objeto vícios ou irregularidades de atos do próprio Juízo deprecado, caber-lhe-á unicamente o julgamento dessa matéria.

5. VUNESP - ADV (FITO)/FITO/2020

Assunto: Direito Tributário - Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal

Em sede de Execução Fiscal, nos termos da Lei nº 6.830/80, o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la, uma vez transcorrido o prazo prescricional que, nesse caso, é contado da data em que

(A) o juiz determinar a suspensão do curso da execução.

(B) for proposta a execução fiscal.

(C) o juiz ordenar o arquivamento.

(D) for inscrita a dívida como dívida ativa.

(E) for expedida a Certidão de Dívida Ativa.

6. VUNESP - PJ (CM PINDORAMA)/CM PINDORAMA/2020

Assunto: Direito Tributário - Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal

A respeito dos embargos à execução fiscal, é correto afirmar que

(A) possuem natureza jurídica equivalente à da contestação na ação de conhecimento.

(B) em caso de emenda ou substituição da certidão de dívida ativa até a decisão de primeira instância, fica assegurada ao executado a devolução do prazo para os embargos.

(C) o executado oferecerá embargos no prazo máximo de 15 (quinze) dias da intimação para a penhora.

(D) não se admite a produção de prova testemunhal nos embargos à execução fiscal.

(E) o credor-embargado poderá apresentar reconvenção contra o devedor-embargante após intimação dos embargos à execução fiscal.

7. VUNESP - PROC JU (CM SERRANA)/CM SERRANA/2019

Assunto: Direito Tributário - Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal

Nos termos da Lei nº 6.830/80, pode-se afirmar que a petição inicial da execução fiscal

(A) deverá ser acompanhada da planilha de cálculo do valor do débito.

(B) poderá conter requerimento para a citação e para penhora de bem específico indicado pela Fazenda Pública.

5. VUNESP - AG (PREF PERUÍBE)/PREF PERUÍBE/LIMPEZA PÚBLICA/2023

Assunto: Matemática - Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

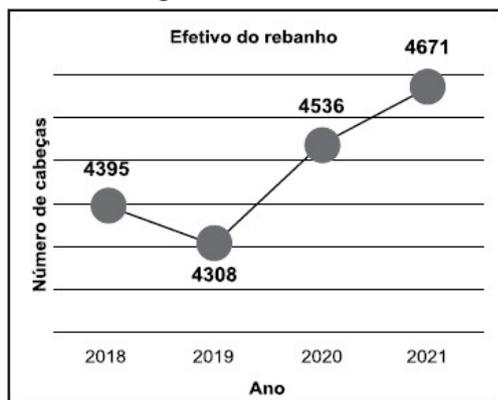
Carlos e Ana visitam regularmente o mesmo cliente que tem uma casa comercial que funciona durante todos os dias, independentemente de ser dia útil ou não. Carlos visita esse cliente a cada 6 dias, e Ana, a cada 8 dias. Na terça-feira passada, Carlos e Ana visitaram esse cliente e, sendo assim, a próxima visita de ambos a esse cliente, em um mesmo dia, está prevista para uma

- (A) segunda-feira.
- (B) terça-feira.
- (C) quarta-feira.
- (D) quinta-feira.
- (E) sexta-feira.

6. VUNESP - AG (PREF JAGUARIÚNA)/PREF JAGUARIÚNA/MOBILIDADE/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

O gráfico, elaborado com informações apresentadas pelo IBGE, apresenta números do efetivo do rebanho bovino, na cidade de Jaguariúna, dos anos de 2018 a 2021.



(IBGE. Adaptado)

Comparado ao número de cabeças em 2019, o número de cabeças em 2021 teve um crescimento correspondente entre

- (A) 5% e 6%.
- (B) 6% e 7%.
- (C) 7% e 8%.
- (D) 8% e 9%.
- (E) 9% e 10%.

7. VUNESP - ASS ADM (JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/ÁREA DA SAÚDE/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

Considere a seguinte informação apresentada no site *Futuro da Saúde*, em um artigo intitulado *Cuidados Paliativos no Brasil: avanços esbarram no estigma, formação e políticas públicas*:

Segundo um estudo publicado em 2019 [...] a estimativa mínima de pacientes com necessidades de cuidados paliativos em 2040 será de cerca de 1,2 milhão no país – em 2000 era 662 mil.

(<https://futurodasaude.com.br/cuidados-paliativos-no-brasil/>)

Com base na informação apresentada, o número mínimo estimado de pacientes com necessidades de cuidados paliativos em 2040, quando comparado ao número do ano 2000, terá um acréscimo correspondente de, aproximadamente:

- (A) 79%
- (B) 81%
- (C) 83%
- (D) 85%
- (E) 90%

8. VUNESP - SOLD (PM SP)/PM SP/2ª CLASSE/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de arroz irrigado na Região Sudeste, na safra 2021/2022, foi de 36,3 mil toneladas, uma diminuição de 14% em relação à produção do mesmo produto, na safra 2020/2021. Essa diminuição corresponde a um valor compreendido entre

- (A) 5,6 e 5,8 mil toneladas de arroz.
- (B) 5,8 e 6,0 mil toneladas de arroz.
- (C) 5,4 e 5,6 mil toneladas de arroz.
- (D) 5,2 e 5,4 mil toneladas de arroz.
- (E) 6,0 e 6,2 mil toneladas de arroz.

9. VUNESP - CD SOC (SERTÃOZINHO)/PREF SERTÃOZINHO/2023

Assunto: Matemática - Porcentagem

O preço de determinado produto teve uma redução de 20% sobre o preço de etiqueta. Sobre esse novo preço foi dado mais um desconto de 5% para pagamento à vista, de modo que o preço dele, à vista, passou a ser de R\$ 114,00. O preço de etiqueta desse produto era

- (A) R\$ 160,00.
- (B) R\$ 155,00.
- (C) R\$ 150,00.

3. VUNESP - SOLD (PM SP)/PM SP/2ª CLASSE/2023
Assunto: Informática - Windows 10

Um usuário editando um documento simples de texto por meio do Bloco de Notas do MS-Windows 10, ambos em configuração padrão, desejava formatar o texto e abriu uma janela com opções de formatação.

Assinale a alternativa que apresenta apenas formatações possíveis de serem feitas por meio do Bloco de Notas conforme o enunciado.

- (A) Itálico, sublinhado e tachado.
- (B) Itálico, negrito e tamanho de Fonte.
- (C) Texto sublinhado, alinhamento centralizado e tipo de fonte Arial.
- (D) Tipo de Fonte Times New Roman, tamanho de Fonte e alinhamento justificado.
- (E) Alinhamento à direita, sublinhado e tachado.

4. VUNESP - ARQT (PREF GRU)/PREF GRU/2023
Assunto: Informática - Windows 10

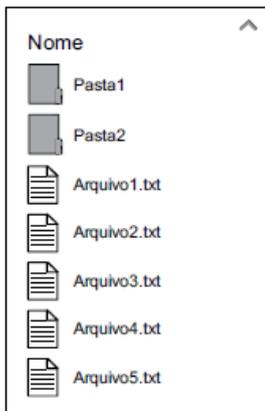
No Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, assinale a alternativa com os dois comandos que, combinados e na ordem apresentada, movem um arquivo de uma pasta para outra pasta.

- (A) Copiar e colar.
- (B) Recortar e colar.
- (C) Colar e apagar.
- (D) Abrir e recortar.
- (E) Renomear e colar.

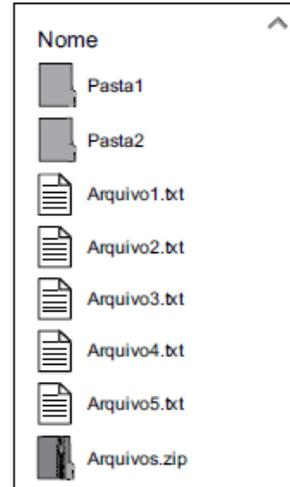
5. VUNESP - ARQT (SERTÃOZINHO)/PREF SERTÃOZINHO/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Tem-se o seguinte conteúdo de uma pasta sendo exibido a partir do Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, em sua configuração original.



Ao se selecionar todos os arquivos e pastas, clicar com o botão secundário do mouse em qualquer um dos arquivos, selecionar “Enviar para” e, em seguida, selecionar “Pasta compactada”, o Windows irá criar um arquivo compactado e o usuário pode alterar o nome, conforme imagem a seguir.



Com relação ao arquivo compactado criado, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O usuário não conseguirá apagar os arquivos com extensão txt e as pastas Pasta1 e Pasta2, se não apagar o arquivo compactado primeiro.
- (B) Se o usuário apagar os arquivos com extensão txt e as pastas Pasta1 e Pasta2, o arquivo com extensão zip ficará vazio.
- (C) Se o usuário apagar o arquivo com extensão zip, os arquivos com extensão txt e as pastas Pasta1 e Pasta2 serão apagados automaticamente.
- (D) O usuário pode apagar os arquivos com extensão txt e as pastas Pasta1 e Pasta2, sem afetar o conteúdo do arquivo com extensão zip.
- (E) Uma vez que o arquivo com extensão zip foi criado, os arquivos com extensão txt e as pastas Pasta1 e Pasta2 ficam protegidos como apenas leitura.

6. VUNESP - PEDA S (SERTÃOZINHO)/PREF SERTÃOZINHO/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Usando o Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, um usuário tem 3 arquivos em uma pasta: relatório.docx, controle.xlsx e apresentação. pptx. Esse usuário selecionou o arquivo relatório.docx e pressionou a tecla DEL. Em seguida, selecionou o arquivo controle.xlsx e, clicando com o botão invertido do mouse, abriu o menu de contexto e selecionou a opção Apagar. Finalmente, selecionou o arqui-